

# POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR E A MEMÓRIA DE EDUCADORES NO SERTÃO DA BAHIA (1967 – 1983)

Elane Marcia Silva Viana<sup>1</sup>

Cláudio Eduardo Félix dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Durante as décadas de 1960 a 1980, período de ditadura civil-militar no Brasil, foram criados programas de formação de professores com o objetivo de titular os chamados professores leigos. Um destes foi o “Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário” – PAMP. Este artigo apresenta algumas reflexões acerca das ações deste programa aplicadas em áreas rurais da cidade de Guanambi, localizada no semiárido baiano. Nossas fontes foram os documentos oficiais do referido programa, artigos acadêmicos escritos nos anos 1980 que trataram da análise da política de formação de professores leigos e depoimentos de cinco docentes que participaram de cursos promovidos pelo PAMP naquele período. Analisamos a estrutura organizativa desta política educacional em articulação à evocação das memórias das experiências das educadoras e educadores guanambienses estudados para tratar das divergências entre o proposto formalmente e o vivido por aqueles docentes.

**Palavras-Chave:** Professores Leigos; Educação rural; Formação Docente; Ditadura Civil-Militar.

## TRAINING POLICY OF LAY TEACHERS IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP AND THE MEMORY OF EDUCATORS IN THE BAHIA SERTÃO (1967 - 1983)

**Abstract:** During the 1960s and 1980s, therefore, during the regime of civil-military dictatorship in Brazil, teacher training programs were created with the objective of titling the so-called lay teachers. One of these was the "Program for the Improvement of Primary Teaching" - PAMP. This article presents some reflections on the actions of this program applied in rural areas of the city of Guanambi, located in the semi - arid state of Bahia. Our sources were the official documents of this program, academic articles written in the 1980s that dealt with the analysis of the policy of training lay teachers and testimonies of five teachers who participated in courses promoted by PAMP in that period. We analyze the organizational structure of this educational policy in articulation with the evocation of the memories of the experiences of the educators and educators studied in Guanajuato to deal with the differences between the formal proposal and the one experienced by those teachers.

**Keywords:** Lay Teachers; Rural Communities; Teacher Training; Civil - Military Dictatorship.

---

\*Artigo proveniente de dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB).

<sup>1</sup> Mestra em Memória: linguagem e Sociedade (UESB) licenciada em História e Pedagogia (UNEB). Professora na rede de educação básica nos municípios de Guanambi e Palmas do Monte Alto. Membro do grupo de Pesquisa Estudos marxistas em memória e história da educação e do Núcleo de Estudos, pesquisa e extensão educacional Paulo Freire.

<sup>2</sup> Doutor em Educação (UFBA), professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (UESB). Pesquisador do Museu Pedagógico: Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Memória e história da educação e cultura (UESB) e do Grupo de Estudos Marxistas em Educação (UNESP). E-mail: cefelix2@gmail.com

No Brasil, nas décadas de 1960 a 1980 os professores e professoras sem formação técnica (magistério) ou superior eram conhecidos como professores leigos. Segundo dados do MEC, no ano de 1983:

Num total de 201,926 estabelecimentos de ensino de 1º grau, 155.217 localizam-se na zona rural; e de 135.908 estabelecimentos de 1ª a 4ª série com apenas uma sala, 128.864 situam-se em zona rural;

Num total de 22. 598. 254 alunos matriculados no 1º grau, 6.401. 905 são de zona rural, dos 16.089.731 alunos que cursam de 1ª a 4ª série, 6.124.357 são da zona rural;

Num total de 884. 257 professores de 1º grau, 206.837 trabalham em zona rural; dos 748.927 professores do sexo feminino, 174.692 atuam em zona rural;

**Num total de 884.257 professores de 1º grau, 226.247 são leigos (considerados leigos os professores com escolaridades até 2º grau incompleto na habilitação em magistério e 2º grau completo em outra habilitação); dos 151.148 que atuam em zona rural, 113.469 possuem 1º grau incompleto (MEC, 1983) (Grifos nossos)**

Conforme esses dados percebe-se que o grupo de professores leigos compunha uma parcela significativa de educadores no Brasil. Picanço (1986), analisando o percentual de professores não titulados no Brasil conclui que que no ano de 1982, após a realização de um conjunto de ações no âmbito das políticas educacionais durante a ditadura civil-militar, houve uma melhora nos índices, mas ainda aquém do necessário. Conforme expõe a autora:

Em termos dos estados brasileiros, a presença dos leigos é constante em todos eles, exceção feita ao Distrito Federal que, em 1982, apenas para confirmar a regra, indicou a existência de um professor leigo; em 1981 tinha quatro. No mesmo ano de 1982, o estado com a maior presença de leigos era o Ceará (47%); o Rio de Janeiro, com 1,4%, era o de menor presença. Além do Ceará, estavam com mais de 40%, Rondônia (44,3%), Maranhão (43,3%) e Acre (41,3%). Com um terço do seu professorado leigo encontravam-se Paraíba (38,2%), Pará (36,9%), Roraima (32,3%) e Bahia (31,6%). Os de menores percentagens, além do Distrito Federal e Rio de Janeiro, eram Espírito Santo (3,3%), São Paulo (3,1%) e Amapá (1,5%) (PICANÇO, 1986: 21)

Os dados demonstram que no Norte e no Nordeste era elevado o número de professores não titulados na década de 1980. A resposta dada pelos governos da ditadura

civil-militar foi instituir e coordenar, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, programas governamentais que visavam a capacitar e habilitar os não titulados tais como o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAMP.

Neste artigo foi analisado o PAMP e seus desdobramentos em relação a conjuntura política da época, a legislação vigente e a experiência vivida por algumas professoras e professores na zona rural do município de Guanambi, semiárido baiano.

Com o objetivo de analisar este programa a partir da situação das professoras e professores à época, entrevistamos cinco docentes<sup>3</sup> que trabalhavam e moravam em áreas rurais no município de Guanambi-Bahia nas décadas de 1960 a 1980.

Um traço comum em suas trajetórias é que esses professores e professoras ingressavam no magistério muito jovem (alguns com catorze anos de idade) e com escolaridade correspondente à antiga escola primária (4ª série). Todos entraram no serviço público por meio da indicação de políticos locais caracterizando relações de clientelismo<sup>4</sup>.

Os sujeitos desta pesquisa são cinco docentes leigos, um homem e quatro mulheres, que trabalharam em diversas comunidades rurais de Guanambi-BA. São eles:

- Professora Vanda - (66 anos), tem o primário completo, exerceu a função docente durante 26 anos e trabalhou nas comunidades rurais de Sítio Novo e Baú.
- Professor Sérgio – (63 anos), ficou 37 anos em sala de aula (sendo 30 anos como leigo e os últimos sete anos com o magistério completo), trabalhou em diversas comunidades próximas ao distrito de Mutãns: Gamileira, Lajedão, Queimadas, Tabuinha do Sul e Tabuinha do Norte.
- Professora Nalva – (64 anos), exerceu a docência por 10 anos, tem o ginásio completo e trabalhou nas comunidades rurais de Batateira e Olho d' água.
- Professora Lita – (64 anos), foi professora regente por 12 anos, sua escolaridade é o primário completo e trabalhou no distrito de Morrinhos.
- Professora Lurdes – (62 anos), trabalhou como professora regente por 25 anos tem o ginásio completo e exerceu a docência no distrito de Morrinhos.

---

<sup>3</sup> Nesse artigo são utilizados nomes fictícios para resguardar os professores leigos entrevistados.

<sup>4</sup> Clientelismo é nomenclatura utilizada para sugerir uma forma de relação entre atores políticos que abarca o consentimento de benefícios, tais como: empregos, abonos fiscais, isenções, em troca de apoio, principalmente, na forma de voto.

Para discutir essas questões analisamos as experiências desses profissionais que participaram do Programa de Aperfeiçoamento de Professores do Magistério Primário (PAMP) e da Habilitação de Professores Leigos (HAPROL).

Ao analisar as evocações do passado pelo/as docentes leigos entrevistados, nos baseamos no conceito de memória elaborado por Jelin (2012), segundo o qual

Memórias são processos subjetivos e intersubjetivos, ancorados nas experiências e marcas materiais e simbólicas e em marcos institucionais. Isto implica analisar a dialética indivíduo/subjetividade e sociedade/pertencimento [...]. As relações de poder e as lutas pela hegemonia (domínio) estão sempre presentes, com intentos de monopolização e de apropriação. Reconhece-se, assim, o caráter dinâmico dos sentidos do passado, dos silêncios e esquecimentos históricos, assim como do lugar que sociedades, ideologias, culturas e lutas políticas marcam a Memória. Daí a necessidade de historicizar a memória (JELIN, 2012: 25)

Enquanto fenômeno histórico-social e psíquico, a evocação do passado, portanto a expressão das experiências e de visões de mundo de grupos, classes ou indivíduos, está enraizada na história. Nossas reflexões partem do princípio de que é necessário compreender o homem ativo com base no seu processo real de vida, tal como formulam Marx e Engels (2009). Portanto, a investigação do que as pessoas dizem, imaginam ou como se representam não pode estar dissociada do movimento da realidade historicamente produzida.

A memória coletiva da experiência de formação de professores leigos contribui para analisarmos suas vivências, suas concepções de mundo e as contradições expressas nos depoimentos e nos programas de formação.

A memória apresenta limites, pois se trata de evocação daquilo que foi percebido, atentado e sentido pelos indivíduos, o que leva, muitas vezes, a informações que podem não corresponder à dinâmica histórico-social do momento. Além disso, a memória anda de par com outra função psíquica que é a imaginação e toda a sua carga de subjetividade. Todavia, contraditoriamente, a recomposição de experiências e a análise histórica com a percepção dessas subjetividades e desta coletividade oferecem-nos condições de explorarmos o

vivido, o sentido: não como verdade em si, mas como versão que brota da experiência pessoal ou contada por outrem e que pode ser um elemento tanto para a compreensão dos próprios depoimentos (inclusive como crítica) quanto como fonte para a análise e compreensão do passado, em especial do passado recente.

Portanto, em nossas reflexões articulamos testemunhos orais com fontes documentais escritas com a finalidade de discutir a política de formação de professores leigos e as experiências evocadas pelos docentes que viviam na zona rural de Guanambi-BA. Desse modo, buscamos compor um quadro sobre o desenvolvimento e a recepção da política de formação de professores, em especial no meio rural, durante as décadas de 1970 e 1980.

### **A política de formação docente na ditadura civil-militar e a Lei 5.892/71**

A política educacional é uma especificidade das chamadas políticas sociais. A formulação, o planejamento e a aplicação de políticas sociais/educacionais obedecem as diretrizes centrais do projeto político que ocupa as instâncias de poder em um determinado tempo. Nas condições do capitalismo, a lógica da produção econômica baseada na produção coletiva da riqueza social e a apropriação privada e privatista destes bens materiais e não-materiais (como o acesso a educação, a arte, a ciência, a filosofia) engendra um tipo de dinâmica produtiva que demanda políticas econômicas que subordinam as políticas sociais ao objetivo central de atender ao próprio desenvolvimento capitalista.

Com o golpe de Estado de 1964 e o regime ditatorial instalado a partir de então, a questão social configurou-se como uma questão de segurança interna traduzida no chamado “imperativo da segurança nacional”.

A ideologia da segurança interna preconizava ser necessária uma linha de ação que envolvesse a prevenção, a repressão e a operação. Em termos de ação preventiva, o objetivo era impedir que se criasse um clima de ideias e ações subversivas no país. Para tanto era necessário não apenas a força, mas o controle da educação, da arte, da produção científica e filosófica. No que diz respeito a repressão, a preocupação dos governos do regime era impedir que se formasse ou atuasse no país grupos políticos de ação subversiva, além de

ações operativas que visavam a neutralizar dirigentes do processo subversivo em andamento (MIRANDA, 1970).

Por meio dessas operações, a política social, e mais especificamente a política educacional, enquadrava-se nas chamadas ações preventivas no projeto de combate ao comunismo e a subversão no Brasil. A orientação do imperialismo estadunidense, em especial por meio dos acordos MEC-USAID, levou a implementação de uma política educacional que conduzisse os processos de financiamento, estruturação e formação humana por meio de vários programas e projetos, tais como: o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização); os Centros Sociais Urbanos; as reformas do Ensino de primeiro, segundo e terceiro grau; programas específicos de formação de professores como o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), que será explorado com mais detalhes adiante.

A promulgação da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 5692/71), em meio ao chamado “milagre econômico” brasileiro, reforçou a ideia de formação de profissionais preparados/adaptados a esse momento de crescimento da produtividade. Não por acaso a teoria pedagógica conhecida como tecnicista marcou os discursos e experiências de formação de professores e práticas educativas escolares do período.<sup>5</sup>

A LDB de 1971 destinou o capítulo V, artigos 29 a 40, ao tema da formação docente. A referida lei estabelecia que a “formação será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país”. Os referidos artigos determinaram os critérios mínimos de formação demandados para o exercício do magistério e definiu que o professor para as quatro primeiras séries do 1º grau devia ter, pelo menos, a habilitação específica de 2º grau em curso de três séries.

A referida legislação deixa margem para especulações quanto ao “ajustamento da formação do professor respeitando as características regionais” ao passo que define uma formação mínima exigida para o desempenho da função. Segundo Stahl (1986: 19),

Reconhecendo as diferentes realidades brasileiras, admitiu a insuficiência de professores habilitados, prevendo, em caráter suplementar e a título

---

<sup>5</sup> A pedagogia tecnicista é considerada pelo professor Dermeval Saviani como uma pedagogia não-crítica e de expressão das formas e conteúdos burgueses do educar. Seu foco era na formação da competência dos sujeitos, da hipervalorização das técnicas de ensino em detrimento da reflexão crítica e teórica, a adaptação às demandas do chamado mercado, dentre outras características.

precário, o exercício de professores sem a formação mínima e determinando o desenvolvimento de programas que propiciem a sua qualificação gradual.

Para dar resposta a estes problemas e alcançar os objetivos de formação de docentes sem titulação foram implantados programas, projetos ou cursos de capacitação para os professores leigos em serviço por todo o território nacional, tais como:

- Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), do MEC, em quase todas as unidades federadas;
- Cursos pedagógicos parcelados das Secretárias de Educação e Cultura do Piauí, Mato Grosso e outras;
- Projeto SACI, do Instituto de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos, em São Paulo, desenvolvido no Rio Grande do Norte;
- Projeto Titulação do Professor Leigo, da Secretaria de Educação e Cultura do rio Grande do Sul;
- Projeto HAPRONT, do Centro de Treinamento do Magistério do estado do Paraná, desenvolvido também em Alagoas e Espírito Santo;
- Cursos AJURI, da Secretária de Educação e Cultura do Amazonas;
- Projeto HAPROL, do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia;
- Habilitação de Professores Leigos, das Secretarias de Educação e Cultura do Amazonas e Sergipe;
- Capacitação e Habilitação de Professores Leigos, da Universidade Federal do Maranhão;
- Curso de Suplência de 1º Grau para professores Leigos, da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco;
- Projeto de Atualização – Treinamento em Serviço, da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco;
- Projeto TERRA, da Secretaria de Educação e Cultura do Mato Grosso do Sul;
- Projeto LUME, da Secretária de Educação e Cultura de Goiás;
- Curso de Preparação Pedagógica de Escola de Mestre Único, da Secretaria de Educação e Cultura de Santa Catarina;
- Projeto LOGOS II, do MEC, desenvolvido em convênio com Secretarias de educação e Cultura de 19 unidades federadas (STAHL, 1986: 21)

Como se observa, foram muitas as iniciativas governamentais com o objetivo de oferecer cursos de formação para docentes leigos. Porém, estas esbarravam na falta de estrutura e logística proporcionadas pelo Estado.

Uma dessas iniciativa foi o Programa de Afeiçãoamento Primário – PAMP que implementou duas ações de capacitação aos professores leigos do município de Guanambi

– BA: o Projeto Habilitação de Professores Leigos – HAPROL e o curso de treinamento para professores não titulados.

### **O Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAMP**

O PAMP foi instituído em 1963, ainda na vigência do governo do presidente João Goulart. Todavia, suas atividades se desenvolveram de forma mais sistemática a partir de 1965, durante o regime da ditadura civil-militar.

O PAMP foi um dos maiores programas de formação de professores leigos do Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e tinha por objetivo: a) Realizar a formação do professor leigo, situando-o no quadro do magistério primário; b) atender a criança através do trabalho da elevação cultural do professor não titulado; c) capacitar o professor com o objetivo de combater o analfabetismo; d) diminuir os índices de evasão e repetência escolar (MEC, 1969: 12)

Os cursos oferecidos pelo PAMP se organizavam no período de férias escolares. Conforme a professora Lita, que trabalhava no povoado de Morrinhos:

Em janeiro de 1967 eu fui para Bom Jesus da Lapa fazer o primeiro curso de aperfeiçoamento para ensinar como professora leiga. Eu fui fazer o curso do PAMP. Eu fiz esse curso lá por 45 dias e vim embora. Quando eu cheguei retornei ao trabalho. Em 1968 teve outra etapa do PAMP no Colégio Estadual Governador Luís Viana Filho em Guanambi. A gente ficava lá sob regime de internato, morava lá, comia, bebia, dormia, usava banheiro, fazia tudo. E tinha as salas da gente assistir aulas. Essa segunda etapa do PAMP demorou mais. Teve cursos lá que teve duração até mais de dois meses. Eles pegavam assim: aproveitavam o período das férias, era de acordo assim com o tamanho das férias... aquelas férias mais longas. Quando o colégio estava desocupado (Professora Leiga Lita – Povoado de Morrinhos)

Entre 24 de novembro e 01 de dezembro 1969 foi realizado, nas cidades de Maceió - AL e Aracaju – SE, o VI Encontro Nacional de Chefes dos Serviços de Supervisão de Ensino Primário. Neste evento foram apresentados os resultados alcançados pelo Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), bem como seus planos e metas para o futuro. A principal meta, expressa no relatório do VI Encontro Nacional de Chefes dos Serviços de Supervisão de Ensino primário, foi a implantação do Plano Decenal de

Titulação de Professores Não Titulados, que deveria ser colocado em prática entre os anos de 1970 e 1980. O objetivo geral desse plano decenal era a melhoria qualitativa do magistério primário e do ensino primário, visando a diminuir os índices de evasão e repetência escolar.

O Plano Decenal de Titulação de Professores Não Titulados teve como uma de suas metas a diplomação de 100.000 professores em todo o país. Buscava-se com esse projeto promover o aperfeiçoamento dos professores do Magistério; regulamentar a qualificação dos professores; orientar os currículos; firmar convênios com os municípios para implantar os cursos de formação; criar e organizar núcleos ou centros de supervisão, a fim de dar a orientação e assistência técnico-pedagógicas necessárias aos professores cursistas durante o período letivo (MEC, 1969)

Ainda, segundo o relatório do VI Encontro Nacional de Chefes dos Serviços de Supervisão de Ensino Primário (ocorrido em 1969), deveria ser implementado um conjunto de medidas para a titulação de professores com curso primário incompleto. Para isso, as Secretarias de Educação e Divisões de Educação deveriam:

I – Realizar um exame de conhecimento devidamente aprovado pelo órgão competente, correspondendo ao curso primário, que seria aplicado a todos os professores primários leigos com curso primário incompleto, com a finalidade de verificar os que, obtendo o certificado de conclusão de curso primário já pudessem iniciar o curso de preparação pedagógica – cultura geral – objetivando, em primeiro lugar, prepara-lo para o Exame de Madureza e Grau Ginásial.

II - Os professores que não conseguissem passar no referido exame, deveriam, então, selecionando-se as áreas e regiões prioritárias e de maior necessidade dentro de cada Unidade da Federação, conforme exposto acima, frequentar um curso, que visaria dar o certificado de conclusão do curso primário, além de noções metodológicas, e inclusão de outras matérias de cunho prático e essencial ao exercício do magistério nas regiões mais isoladas, eminentemente rurais. Esse curso poderia ter a duração de 1 ano, em 3 meses de férias. (MEC, 1969: 71)

Essas medidas indicam a precariedade da escolarização dos professores leigos. O poder público reconhecia a situação, no entanto a resposta era dada por meio de formação assoberbada e, no limite, esvaziada. A certificação era tomada como objetivo fim, sem a necessária preocupação com a apropriação do conhecimento. Pode-se dizer que essas ações

visavam, sobretudo, a legalização desse corpo docente sem uma formação necessária ao desenvolvimento do trabalho educativo escolar.

Nos Encontros Nacionais de Chefes dos Serviços de Supervisão do Ensino Primário foram apresentados os relatórios sobre a educação primária de cada estado da federação. Em 1969 o então supervisor-chefe deste nível de ensino na Bahia, José Francisco de Sá Teles, informou os dados referentes ao quantitativo de professores primários:

I – Dados Estatísticos:

Nº de professores primários – 22. 437

Nº de professores primários titulados – 11.632

Nº de professores primários não titulados – 10.805

- Porcentagem de professores não titulados dentro do magistério Primário – 48,17%

- Número de professores supervisores em exercício em 1969: 65.

- Grau de instrução dos professores não titulados para sua capacitação:

• Colegial completo: 147

• Ginásial completo: 505

• Ginásial incompleto: 1.308

• Primário completo: 2.896

• Primário incompleto: 5.949

TOTAL: 10.805 (Fonte: MEC, 1969: 52)

Os dados revelam o elevado número de professores leigos que atuavam no ensino primário na Bahia. Importante atentar que a maioria dos professores leigos possuía como escolaridade o nível primário incompleto.

Neste mesmo relatório constam as condições materiais para a realização da formação por parte dos professores, bem como os possíveis avanços no desenvolvimento da prática educativa e da carreira docente:

- Direitos e vantagens aos professores não titulados que frequentam ou frequentarão curso para titulação:

• Bolsa para manutenção durante a estada nos cursos;

• Ajuda de custo relativa a passagens dadas pelos municípios para viagem até o local onde funciona o curso;

• Maiores condições para a realização do trabalho em classe;

• Aumento de salário após conclusão das etapas do curso (em alguns municípios baianos);

• Melhoria cultural tendo como objetivo a aprovação nos exames de madureza ou titulação como regente do ensino primário;

- Recursos orçamentários da unidade da federação destinados ao aperfeiçoamento do magistério primário não titulado (MEC, 1969: 52).

### **O PAMP e o Curso de Treinamento para Professores Não Titulados.**

A primeira atividade ocorrida no interior baiano do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAMP foi o Curso de Treinamento para Professores Não Titulados. Este iniciou em 1967 e a sua primeira etapa aconteceu na cidade de Bom Jesus da Lapa – BA, localizada a 149 km de Guanambi. Conforme os relatos dos professores leigos, esta formação ocorreu em duas etapas.

O curso era onde o MEC, o Ministério de Educação mandasse. Entrava em contato com os coordenadores, os coordenadores comunicavam a gente. Eu sei que eu recebia os comunicados e os carros iam pegar a gente em Morrinhos e levar pra Bom Jesus da Lapa. Bom Jesus só um ano que eu fiquei, inclusive a gente ficou em um internato em um convento. (Professora Leiga Nalva – Batateira e Olho D'água)

Essa etapa do Curso de Treinamento durou 45 dias e foi realizada durante o período de férias escolares. A segunda etapa do curso aconteceu no ano de 1969, dois anos após a primeira etapa, o que revela um problema de descontinuidade da formação docente.

Os professores leigos avaliam que este curso foi importante para auxiliá-los no desenvolvimento de seu trabalho educativo. Eles estudavam disciplinas básicas como língua portuguesa, matemática, estudos sociais e ciências. Assim, este estudo era fundamental para completar lacunas de aprendizagem deixada pela sua escolaridade anterior. Além das disciplinas básicas, o Curso de Treinamento para Professores Não Titulados apresentava componentes curriculares voltadas ao ensino, a saber: recreação, auxílios audiovisuais e Psicologia aplicada à aprendizagem.

O conteúdo do curso era exatamente para orientar os professores para fazer atividades com os meninos. Até atividade artística, porque eu me lembro quando passou um tal “fantoquinho” que a gente colocava a mão aqui dentro e ficava contando a historinha e mexendo com o fantoche. Era tipo isso... (Professora Leiga Lurdes – Povoado de Batateira e Olho D'água)

## POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR E A MEMÓRIA DE EDUCADORES NO SERTÃO DA BAHIA (1967 – 1983)

Outro componente curricular presente no Curso foi a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC). A inclusão desta disciplina nos cursos de formação de professores indicava a necessidade da formação escolar no regime militar voltado ao caráter ideológico: educação moral e de civismo. Para tanto,

A disciplina era envolvida por certa —condição especial e o seu ensino era dado como uma —difícil tarefa. Tratava-se da condição de doutrinar corretamente, primeiro o professor, e depois, através deste, o aluno; o que se tornava realmente uma difícil tarefa em um país polarizado por lutas políticas e ideológicas divergentes, entre setores da extrema esquerda (estudantes, sindicatos, ligas operárias) – embora nesse momento, início da década de 1970, em sua grande parte silenciada - e da extrema direita (militares e empresários). (ABREU & INÁCIO FILHO, 2006: 130).

O ensino da Educação Moral e Cívica deveria abarcar toda a escola e a comunidade por meio da ação dos pais, funcionários e professores. A prática de eventos cívicos como desfiles e solenidades ligadas a datas e heróis nacionais compunham as atividades não só de componentes curriculares como História, Geografia e Estudos Sociais, como também a Matemática, Gramática e Ciências (BRASIL, 1971).

Na figura abaixo pode-se observa a estrutura curricular e a carga horária do Curso de Treinamento para Professores Não Titulados:

MATÉRIA OU ATIVIDADE	N.º de Horas
1) Linguagem	123
2) Matemática	185
3) Estudos Sociais	122
4) Ciências e Higiene	103
5) Literatura Infantil	—
6) Recreação e Música	65
7) Auxílios Auditivos	56
8) Atividades Agrícolas	—
9) Psicologia Aplicada à Aprendizagem	07
10) Noções Práticas de Adm. e Org. Escolar	—
11) Educação Moral e Cívica	12
12) Atividades Femininas	—

OBSERVAÇÕES: São registradas neste quadro apenas as horas correspondentes às matérias ou atividades ministradas no Curso a que se refere este Certificado.

Figura 1: Certificado de conclusão do Curso de Treinamento para Professores Não Titulados.

Fonte: Arquivo Pessoal

### **Habilitação de Professores Leigos – HAPROL**

O HAPROL foi fruto de parcerias firmadas entre o Ministério de Educação e Cultura – MEC e os governos estaduais como desdobramento do PAMP. Portanto, esta foi uma ação patrocinada pelo governo do estado da Bahia, por meio do Instituto de Radiodifusão do estado.

Esse projeto, segundo relatos dos professores leigos entrevistados, teve início no ano de 1977 e perdurou por dois anos. Sua estrutura foi diferenciada em relação ao Curso de Treinamento para Professores Não Titulados. O HAPROL, além de ter um momento presencial, realizava estudos à distância. Os estudos presenciais aconteceram em Caetité - BA, cidade circunvizinha a Guanambi. Eles aconteciam também no período de férias escolares e os professores se hospedavam em Caetité em regime de internato.

A gente morava lá em Caetité em regime de internato. Assistia as aulas no Monsenhor Bastos, na rua Barão. Sempre no período de férias, de dia. O HAPROL durou mais de dois anos. Mas era assim: fazia uma etapa, parava um espaço de tempo, depois vinha aviso para outra etapa. Fazia uns três meses, parava, ficava um tempo, depois chamava novamente para fazer mais uns dois meses. O tempo parado a gente ficava ensinando, e teve um período aí que quando terminou as etapas de sala de aula foi que começou os cursos à distância. Aí a gente estudava em casa e fazia as provas. (Professora Leiga Lita - Povoado de Morrinhos)

As etapas presenciais do HAPROL aconteciam no período de férias escolares. Ao fim deste período os educadores (as) leigos/leigas regressavam à Guanambi e continuavam o trabalho nas escolas. No período em que não estavam tendo aulas presenciais, ficavam estudando à distância e respondendo atividades e provas por correspondência. Além disso, uma supervisora local os acompanhava.

A HAPROL tinha um caráter mais amplo do que o Curso de Treinamento para Professores Não Titulados, isto porque garantia ao professor leigo o certificado de conclusão da 8ª série do 1º grau.

Em relação às lembranças e a avaliação do curso, os professores leigos informaram que:

Era muito tranquilo esse curso, na época eu gostei muito. Na época nós tinha vários tipos de ensino: Português, Matemática, OSPB, tinha também Didática Geral... Tinha várias matérias que hoje, no presente, você estuda nos colégios e já não tem mais. Naquela época ensinava toda forma da gente trabalhar com criança. E hoje, no presente, quando eu me formei não tinha mais aquelas disciplinas. (Professor Leigo Sérgio - distrito de Mutãs)

Era o governo que dava pra gente... Tinha tanto curso. Aprendia tudo nesses cursos. Olha moça, eles ensinavam, explicavam muito pra gente, como lidar com os tipos de criança, porque tem um mais agitado. Ensinavam tudo. A prefeitura não nos obrigava a participar deles, mas a gente pra o nosso interesse participava. (Professora Leiga Vanda - Sítio Novo e Batateira)

Eu pegava aquela base, que eu passei na escola. E também os cursos que a gente fazia lá fora que dava muitas atividades diferentes que a gente não tinha na época. Então, isso a gente passava para os alunos porque o curso era exatamente isso, para dar um reforço... Uma especialidade que nós não tinha (Professora Leiga Nalva - Batateira e Olho d'água)

Podemos dizer que na perspectiva da professora Nalva, a capacitação promovida pela prefeitura era algo fundamental para a sua prática docente. Com esse suporte eles tinham acesso a saberes que até então não lhes foram transmitidos.

Na ótica dos professores leigos entrevistados, os cursos de capacitação eram uma ajuda preciosa que o Estado lhes estavam concedendo. Todavia, não há nenhum fala evidenciando que as práticas pedagógicas de cada um desses professores foram modificadas a partir da capacitação. Acredita-se que mesmo possuindo um conhecimento adquirido após o curso, as intenções dos professores leigos esbarravam na falta de estrutura das escolas rurais.

Ao se analisar o currículo do HAPROL, percebe-se que as disciplinas estavam organizadas em um núcleo comum: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Organização Social e Política Brasileira – OSPB e Educação Moral e Cívica - EMC; um núcleo profissionalizante composto por: Sociologia Educacional, Psicologia da Educação, Didática Geral, Didática das Ciências, Didática da Comunicação, Didática de Estudos Sociais, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Recreação e Infantil e Prática de Ensino; e uma parte diversificada: Higiene e Puericultura, Programas de Saúde e Estágio Supervisionado.

Destaca-se no currículo de formação dos docentes não titulados a presença das disciplinas Organização Social e Política Brasileira – OSPB e Educação Moral e Cívica – EMC, bem como o destaque dado por nossos entrevistados acerca das mesmas.

Estes componentes curriculares eram da maior importância para a ampliação da ideologia do Estado ditatorial no interior das escolas e da formação de professores. É o caso de programas integrantes da política educacional que se caracterizava como ações de prevenção contra a subversão. O PAMP, por meio do HAPROL, buscou, antes de tudo, se configurar como instrumento de controle e formação de docentes (especialmente no meio rural) visando a cumprir esta tarefa, dada a importância dos professores e professoras como funcionários públicos ou privados que lidam com o conhecimento e a formação humana de gerações.

A inclusão das disciplinas EMC e OSPB nos cursos de formação de professores e no próprio currículo escolar do primeiro grau indicavam a necessidade da formação escolar no regime militar voltado ao caráter ideológico, de ordem e progresso, de educação moral e de civismo alienado das contradições sociais e do próprio sistema. Sobre o componente curricular Educação Moral e Cívica:

a disciplina era envolvida por certa “condição especial” e o seu ensino era dado como uma “difícil tarefa”. Tratava-se da condição de doutrinar corretamente, primeiro o professor, e depois, através deste, o aluno; o que se tornava realmente uma difícil tarefa em um país polarizado por lutas políticas e ideológicas divergentes, entre setores da extrema esquerda (estudantes, sindicatos, ligas operárias) – embora nesse momento, início da década de 1970, em sua grande parte silenciada - e da extrema direita (militares e empresários). (Abreu e Inácio Filho, 2006: 130)

De outra perspectiva, Dom Luciano José Cabral, defensor do regime civil-militar, ao emitir o parecer nº. 94/71 acerca da importância da disciplina Educação Moral e Cívica e do papel do professor naquele momento histórico ele concluía:

O que, no Antigo Testamento, no Livro dos Salmos, o salmista diz a Deus, num gesto de abandono e de confiança: “Nas tuas mãos está a minha sorte”, a Educação Moral e Cívica poderia dizer àquele que vai ensiná-la. (...) Não será exagero concluir-se que, em qualquer situação de aprendizagem, a imagem do professor é importante para

o sucesso ou insucesso do ensino. No caso de Educação Moral e Cívica, será o professor a grande razão de ser desse sucesso ou desse insucesso. Daí a gravidade da missão de formá-lo. E a preferência em formá-lo bem dentro de um contexto mais amplo de Estudos Sociais, ficando abandonada a ideia empobrecedora de uma licenciatura em faixa própria, e, portanto, muito mais limitada. (BRASIL, 1971)

Portanto, para que os discentes fossem adequadamente colocados no planejamento cívico e técnico de Educação, o educador deveria também ser “modelado” para ensinar da forma que Estado ditatorial julgava ser a melhor para a manutenção da ordem. Como se pode observar, por meio do currículo do HAPROL (figura 2), mais uma vez, nota-se a presença de disciplinas comuns ao longo da ditadura civil-militar: Organização Social e Política Brasileira – OSPB e Educação Moral e Cívica – EMC. Estes componentes curriculares eram fundamentais para que o Estado ditatorial se mantivesse por meio de seus defensores civis. Abaixo, demonstra-se um histórico escolar da Habilitação de Professores Leigos – HAPROL.

HISTÓRICO ESCOLAR			
MATERIAS		DISCIPLINAS	MEDIA FINAL
EDUCAÇÃO GERAL	MÓDULO COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA*	7,8
		MATEMÁTICA	-
		CIÊNCIAS	7,9
		GEOGRAFIA	7,8
		HISTÓRIA	7,8
		OSFB	7,8
EMC	8,7		
FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	8,8
		PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	7,8
		DIDÁTICA GERAL	8,9
		DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS	8,0
		DIDÁTICA DA COMUNICAÇÃO	8,0
		DIDÁTICA DE ESTUDOS SOCIAIS	8,0
		ESTR. FUNC. ENSINO 1º GRAU	8,7
		RECREAÇÃO INFANTIL*	-
		PRÁTICA DE ENSINO	7,4
		FORMAÇÃO ESPECIAL	PARTE DIVERSIFICADA
ESTUDOS REGIONAIS	-		
PROGRAMAS DE SAÚDE*	8,0		
AGRICULTURA*	-		
ZOOTECNIA*	-		
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS*	-		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	7,2		

OBSERVAÇÕES: \* Estas disciplinas tiveram frequência obrigatória.  
 Fez a inscrição de FCETERA, pela Lei Delegada nº 12.000 do  
 Governo do Estado da Bahia, e recebeu certificado e expedido  
 pelo Departamento de Ensino de acordo com os documentos anexos  
 anexos nos seus arquivos.

Figura 2: Histórico Escolar da Habilitação de Professores Leigos – HAPROL.

Os cursos organizados pelo Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAMP materializavam as ações preventivas de combate à subversão presentes na ideologia do “Imperativo da Segurança Nacional”, sobretudo no espaço rural, local onde emergiram em períodos anteriores a organização de camponeses, a exemplo das Ligas Camponesa e durante a década de 1970, as guerrilhas rurais.

A zona rural de Guanambi não apresentou focos guerrilheiros, mas há exemplos no interior do Estado da Bahia em que organizações como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dentre outras, objetivaram impulsionar a luta armada e o possível

recrutamento de trabalhadores rurais. Um caso emblemático foi a luta e a morte do Capitão Carlos Lamarca e seu companheiro Zequinha, emboscados pelo exército brasileiro na zona rural da cidade de Brotas de Macaúbas, Bahia.

As ações preventivas do regime que se valia de determinadas “políticas sociais”, dentre elas as educacionais, apresentavam-se como uma antecipação da presença física e simbólica do Estado Ditatorial civil-militar nas mais variadas regiões, sobretudo nas mais pobres, com destaque ao meio rural na região nordeste.

### **Considerações finais**

O PAMP e outros programas de formação de professores leigos implementado numa região marcada pela exploração do trabalho, da terra e com altos índices de analfabetismo e pouca escolarização demarcaram e atualizaram aquilo que Karl Marx criticava no pensamento de Adam Smith em relação à proposta liberal/burguesa de educação para as massas trabalhadoras. Criticava Marx: “Para evitar a degeneração completa do povo em geral, oriunda da divisão do trabalho, recomenda A. Smith o ensino popular pelo Estado, embora em doses homeopáticas” (MARX, 2004: 418).

Essas “doses homeopáticas” de informação e conteúdos se expressavam nas propostas de formação de professores e nas escolas de primeiro e segundo graus visando a enquadrar os educadores e educandos numa lógica tecnicista e divulgadora da perspectiva de formação humana defendidas pela ditadura civil-militar. Nesse contexto, não por acaso, os cursos de formação se davam de forma tão assoberbada e sem a preocupação com a formação longa dos docentes.

As memórias de nossos entrevistados indicam a precarização do trabalho educativo no interior do Brasil, bem como a formação docente aligeirada que se fazia por meio de cursos de férias ou breves atividades as quais ficaram conhecidas pelo nome de “capacitação”. Essas se davam com base na aplicação de produtos educacionais padronizados, sem maiores discussões de seu conteúdo e objetivos.

O regime de ditadura civil-militar foi eficaz em produzir um discurso grandiloquente e salvacionista para a educação escolar no Brasil. Entretanto, este ideário se reduziu a falácia. Sua aplicação prática resvalou na inexistência de infraestrutura material e técnica

para atender a contento as reais demandas educacionais dos educadores e educandos, sobretudo os do campo, além da forma padronizada e alienada de formação humana proposta por aqueles projetos.

### Referências:

ABREU, Vanessa Kern de. INÁCIO FILHO, Geraldo. A Educação Moral e Cívica – Doutrina, Disciplina e Prática Educativa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.24, p. 125 –134, dez. 2006.

BRASIL. *Lei nº 5.692, de 20 de dezembro de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 27 de dez. 1971.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985)*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2ª ed. Lima: IEP, 2012.

LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sanderman, 2005.

LENIN, Vladimir. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Nova Palavra, 2007.

LURIA, Alexander Romanovich. *Curso de Psicologia Geral: Introdução Evolucionista à Psicologia*. Vol. I. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

MARTINS, Lígia Márcia. *O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: Contribuições à Luz da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MIRANDA, A.D.; VIDAL, G. S. & ALENCAR, J. R.. *Segurança interna*. Rio de Janeiro: ADESG, 1970.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

MEC. *VI Encontro Nacional de Chefes dos Serviços de Supervisão de Ensino Primário – Relatório*. Alagoas – Sergipe, 1969.

\_\_\_\_\_. *Sinopse Estatística da Educação Básica; 1979/1980*. Brasília, 1983.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR E A MEMÓRIA DE EDUCADORES NO SERTÃO DA BAHIA (1967 – 1983)

PICANÇO, Iraci Silva. *Alguns Elementos para a Discussão sobre o Professor leigo no Ensino Brasileiro*. Em *Aberto*, Brasília, ano 5, n. 32, out./dez. 1986

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao FUNDEB*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

STAHL, Marimar M. *Reflexões sobre a Formação do Professor Leigo*. Em *Aberto*, Brasília, ano 5, n. 32, out./dez. 1986

SKIDMORE, T. *Brasil de Castelo a Tancredo – 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

**Recebido em: 21 de maio de 2018**  
**Aceito em: 14 de setembro de 2018**